12 de setembro

Auditório da SEPUD

Reunião Revisão Plano Diretor

Tema: Estruturação e Ordenamento do Território

Naum, Marco, Eduardo, Jéssica, Samara, Isabelle, Amanda,Gilberto, Julio, Murilo

Eduardo - esboço de proposta textual para consultoria

Exposição Arq. Murilo sobre o Capítulo VI - Estruturação e Ordenamento Territorial

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Paulo Freire

Comparativo entre as diretrizes propostas e fotos exemplificando a situação em Joinville.

Necessário um mapa de Vocações - em parte oriunda do plano estratégico, conciliada as vocações naturais - para então territorializar/espacializar diretrizes

As dinâmicas propostas pela ART

Cuidado para que no lançamento das diretrizes não se perdesse o foco de debate do PD, caindo na discussão do zoneamento específico

Considerar as tendências atuais:

- crescimento populacional (vegetativo e migração) versus potencialização de ocupação gerada
- esvaziamento dos grandes centros e do oeste catarinense versus crescimento das cidades litorâneas, e demais dinâmicas regionais
- corredores de biodiversidade e demais aspectos ambientais

Delicado realizar uma avaliação da Lei de Estruturação e Ordenamento, instituída recentemente e ainda em fase de acomodação

As propostas de macrozoneamento se originaram dos aspectos mapeados e a sobreposição, exemplo: aspectos ambientais, etc

Comentários finais:

- Qual a influência real do plano? relação entre o que se planeja e o que se concretiza
- Plano diretor como instrumento vinculante - a relação com a LOA e PPA
- como a inovação rebate no urbanismo?

- transição entre o discurso externo (smart cities) e o discurso interno (carências reais)
- como elaborar e implementar instrumentos que sejam rápidos e flexíveis?
- atentar para a cidade ‘esquecida’
- tendência do compartilhamento e o rebate do desenho urbano

- Necessidade de um planejamento econômico para a cidade - plano de desenvolvimento econômico
- Necessário atentar para Cultura e Economia
- Revisão do PD - realinhar e consolidar o PD

Fotos Arq. Julio de Abreu

Estruturação e Ordenamento Territorial

Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Joinville
Lei Complementar nº 261, de 28 de fevereiro de 2008.

Introdução

Este caderno compõe o conjunto de publicações do processo de revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Joinville (Lei Complementar nº 261 de 28 de fevereiro de 2008).
Aqui, serão apresentadas as ações e indicadores referentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 2008. O tempo de coleta e análise de dados compreende o período de 2008 a 2018.
Outras informações coadunam com o Projeto Joinville 30 anos (#Jlle30). Um projeto participativo, ocorrido em 2017 e lançado em março de 2018, que junto à cidade definiu a Joinville que Queremos.
O objetivo desta publicação é trazer a público uma análise da aplicação do Plano Diretor de 2008 e a efetividade de planos, projetos e ações propostas, dando subsídios à análise e revisão. Também, propostas de atualização e revisão, que atendam as demandas identificadas. Assim, os cadernos temáticos são um subsídio para qualificar os diálogos que acontecerão nas consultas públicas.
Contamos com a sua participação e contribuição nesse processo, para a construção de uma Joinville Humana e Inteligente.

Texto do Plano Diretor Comentado

Definição:

O que diz o Plano Diretor?

Diferentemente das demais temáticas, a Estruturação e Ordenamento do Território tem a função de

Capítulo VI
DA ESTRUTURAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 38 As diretrizes estratégicas relativas à estruturação e ordenamento territorial têm por objetivo promover o equilíbrio entre as áreas urbanizadas, passíveis de urbanização, destinadas à produção primária e as de preservação e conservação bem como a redução dos conflitos de

parcelamento, uso e ocupação do solo.

Diretrizes do Plano Diretor

Art. 39 Constituem-se diretrizes para a Estruturação e Ordenamento Territorial no Município de Joinville:

I - vocações territoriais, sejam elas ambientais, rurais ou urbanas;

II - ajustamento da ocupação urbana a demanda populacional desejada;

III - preservação e conservação das grandes áreas e corredores de biodiversidade;

IV - controle da expansão urbana;

V - adequação e manutenção de perímetro urbano, na forma prevista no mapa do macrozoneamento anexo a esta lei complementar.

Ações do Plano Diretor

I - reformulação da Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo:

a) identificando e delimitando as áreas vocacionadas à de preservação e conservação ambiental, as atividades primárias e as urbanas e de expansão urbana;
b) identificando e delimitando as áreas de interesse especial;
c) integrando a área urbana consolidada com os núcleos urbanos periféricos - Morro do Amaral, Morro do Meio, Jardim Paraíso, Rio Bonito;
d) promovendo as centralidades rurais;
e) identificando e delimitando os corredores com vocacionados a integração regional;
f) adequando a ocupação urbana à expectativa de crescimento populacional desejada;
g) reduzindo ou eliminando conflitos existentes entre atividades rurais e as áreas ambientalmente frágeis;

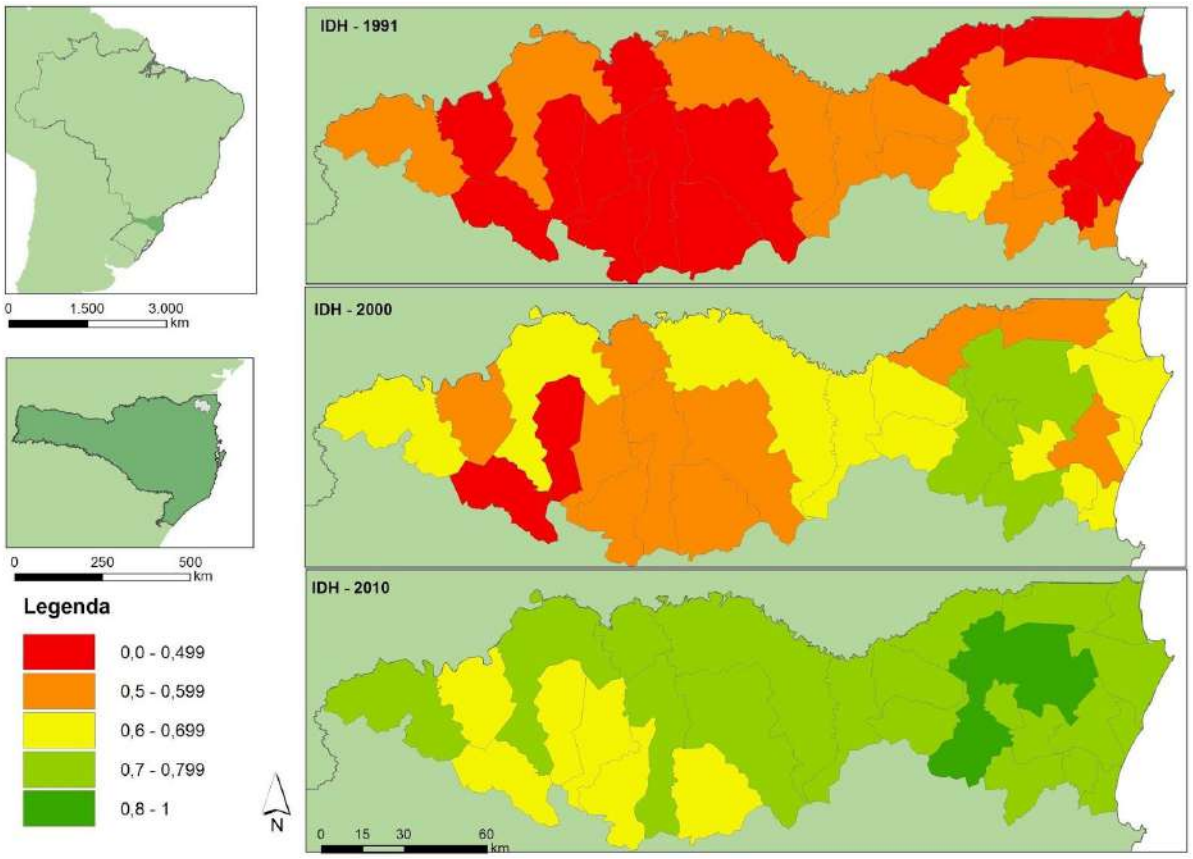
II - implantação do instrumento de democratização da gestão do planejamento, com a criação do Conselho da Cidade e uma Câmara de Estruturação e Ordenamento Territorial inserida.

Indicadores do Plano Diretor

I - eliminação de conflitos:

a)atividades primárias e ocupações urbanas;
b)atividades primárias e áreas ambientalmente frágeis;
c)ocupações urbanas e áreas ambientalmente frágeis;

Equilíbrio no IDH - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios que compõem a região Nordeste do Estado de Santa Catarina.



Ações desenvolvidas com enfoque em

Mapas

Diretrizes para o Debate

- **Estabelecer demandas e prioridades:** A partir de uma ampla lista de projetos, devem ser elencados os prioritários, com base na visão estratégica da cidade, relação com outros projetos, relação com o meio ambiente e a sociedade, e a relação com a capacidade de resposta do governo e de outros atores envolvidos.
- **Incorporar um enfoque participativo:** O pressuposto da participação pode promover um padrão de desenvolvimento mais equitativo
- **Priorizar o enfoque físico-territorial:** Estabelecer a relação das diretrizes, sugestões e propostas lançadas com a dimensão físico-territorial e com os demais instrumentos da política urbana.

Modelos de uso e ocupação do solo compactos e mistos podem:

- melhorar a acessibilidade:
  - Reduzindo a necessidade de deslocamentos de grandes distâncias, e portanto, a redução de congestionamento e

poluição; otimização do custo do transporte de mercadorias e a facilitação de acesso aos serviços públicos.

- induzir a um uso mais rentável da infraestrutura e dos serviços urbanos:
  - que implica em otimização dos recursos públicos,
  - reduzir o consumo de recursos naturais e do solo,
  - reduzir os custos comerciais e de transações econômicas,
  - e fomentar a igualdade e integração social.

Em Toronto (Canadá), 152 hab/ha[1] significa a redução de 40% dos custos em infraestrutura comparado às regiões com padrão de densidade de 66 hab/ha

A expansão urbana de baixa densidade pode induzir a um aumento da pressão sobre os recursos, a degradação do solo agrícola, a escassez de serviços e a necessidade de maiores deslocamentos.

A densidade precisa estar diretamente atrelada a capacidade de carga de infraestrutura, evitando que os serviços urbanos se tornem menos econômicos (ampliando muito a rede para atender a poucos), além de problemas de saúde (deixando de priorizar áreas consolidadas que ainda não possuem infraestrutura completa).

Os benefícios da infraestrutura, uma vez que o uso misto atenua a demanda geral de transporte, reduzindo a distância média de viagem e reduzindo o uso do carro.
Além de minimizar os requisitos de infra-estrutura rodoviária e reduzir a quantidade de terra alocada para o estacionamento, a
O uso misto proporciona uma base maior para o uso do transporte público, caminhadas e ciclismo.

Secretaria de Planejamento Urbano realiza workshops sobre a Lei de Ordenamento Territorial

[1] Hab/ha: Habitantes por hectare, ou seja, a quantidade de habitantes em 10.000m² (equivalente a aproximadamente uma quadra de 100m x 100m)

Cerca de 130 arquitetos, engenheiros civis e ambientais, e representantes dos construtores participaram do Workshop sobre a Lei de Ordenamento Territorial (LOT), realizado pela Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (Sepud), na manhã de terça-feira (21/02). Os detalhes foram explicados pelo o arquiteto da Secretaria de Planejamento, Murilo Teixeira. Após a explanação, foi aberta a palavra para esclarecimento de dúvidas.
https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/secretaria-de-planejamento-urbano-realiza-workshops-sobre-a-lei-de-ordenamento-territorial/

Prefeitura discute transferência e outorga do direito de construir

"Queremos achar um ponto de equilíbrio que deve constar na lei que vai regulamentar a transferência e outorga onerosa do direito de construir. O que é isso? Se eu tenho uma construção tombada pelo patrimônio e tive meu potencial construtivo congelado, essa lei vai permitir que eu venda esse potencial, por exemplo, para uma construtora. Ela vai construir os cinco andares que deixei de construir no meu terreno. Essa construtora vai poder construir onde ela vai estar colocando um prédio novo", explicou o arquiteto da Sepud, Murilo Teixeira Carvalho.
Participam dessa análise o presidente do Conselho da Cidade, Álvaro Cauduro, representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville (Sinduscon), Udesc, Univille, UFSC, Núcleo de Construção Civil da Acij, além de representantes de construtoras que atuam na cidade.

https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/prefeitura-discute-transferencia-e-outorga-do-direito-de-construir/

RELATÓRIO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA Lei de Ordenamento Territorial			
	Quantidade	Média de Participantes	Média de Formulários Preenchidos
Audiências Públicas (suspensas)	9	-	-
Audiências Públicas	8	120,375	32,125
Oficina e Audiência Pública	8	96,625	21,125

Propostas

Outras propostas:

Compartilhe suas sugestões conosco, através do e-mail: xxxx, e nas consultas públicas. Para saber mais do cronograma de consultas, acesse: xxxx.

Referências

Mapas elaborados pela SEPUD / Prefeitura Municipal de Joinville.

Notícias e fotografias disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville.

Demais dados coletados com os diversos departamentos da Prefeitura Municipal de Joinville.

Conteúdos dos quadros **azuis** são orientações do manual elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado "Planeamiento Urbano para Autoridades Locales" (Planejamento Urbano para autoridades locais), publicado em 2014. ISBN: 978-92-1-132608.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Santa Catarina - Joinville.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>.

PMJ, Prefeitura Municipal de Joinville. **Área Urbana Consolidada de Joinville**: Metodologia de Identificação e Delimitação. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, v. I, 2016.

_____. **Joinville Cidade em Dados.** Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 2017. Consultadas as edições de 2009 a 2018.

_____. **Base Cartográfica Municipal de Joinville.** SIMGeo, Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas, Joinville, 2010. Disponível em: <https://geoprocessamento.joinville.sc.gov.br/>.

SIDEMS, Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. **Índices do Município de Joinville.** Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/>.

Programa Cidades Sustentáveis. **Joinville (2013 - 2016).** Disponível em: <http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/SC/joinville>.